



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº
006/2026, NO DIA 04/03/2026.**

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e onze minutos, na Sala de Sessões Joaquim de Deus Nunes, Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Finanças, Economia e Orçamento, Planejamento, Fiscalização, Controle, Tributação, Agricultura, Pecuária, Cooperativismo e Serviços Públicos, para tratar sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 06/2026, que dispõe sobre a instituição do Ticket Alimentos da Agricultura Familiar Camponesa Solidária (TAFECOSOL) no município de Canguçu e dá outras providências.

Aberta a audiência, foi justificada a ausência do presidente da Comissão, vereador Rubens, em razão de problema de saúde, motivo pelo qual a condução dos trabalhos foi assumida pelo vereador responsável pela audiência. Na ocasião, foi agradecida a presença das autoridades, lideranças e público presente, sendo também estabelecida a dinâmica do encontro, com previsão aproximada de uma hora de duração e tolerância de até vinte minutos adicionais para conclusão dos debates. Em seguida, foi realizada a leitura do Edital nº 02/2026, que tornou pública a realização da audiência para tratar do referido projeto de lei, informando que o evento ocorria no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua General Osório, nº 979, nesta cidade. Também foi registrada a impossibilidade de participação do presidente da Câmara, que se encontrava em agenda externa.

Na sequência, foi apresentada a metodologia dos trabalhos, destacando-se que inicialmente seriam chamadas as lideranças para compor a mesa, sendo posteriormente concedido tempo para manifestações iniciais das entidades, movimentos sociais e autoridades presentes. Informou-se ainda que seria realizada escuta da Secretária de Agricultura e Pesca do município de São José do Norte, Caroline Pinheiro, de forma online, para relatar a experiência daquele município com política semelhante. Também foi mencionado que, após a exposição da experiência, seriam apresentados elementos de contextualização do conteúdo do projeto de lei, com abertura para manifestações do público presente, visando acolher sugestões e contribuições, sendo os trabalhos transmitidos ao público também por meio da plataforma YouTube.

Na sequência, foram convidados para compor a mesa o Prefeito Municipal de Canguçu, Arion Braga; Vladimir Menezes, representando a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Darlan Bartz, da coordenação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Cléo Aquino Ferreira, presidente da Cooperativa

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

União; Caroline Pinheiro, Secretária de Agricultura e Pesca de São José do Norte, participando de forma online; Tatiana Dias Schug, representando as comunidades quilombolas e presidente da ASSUTRASUS/RS; Andreia Amaral, representante da direção estadual do MST; e Vanessa Rodrigues de Freitas, representando a comunidade remanescente quilombola.

Dando continuidade aos trabalhos, foi concedida a palavra ao representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Darlan Bartz, que saudou as autoridades presentes, destacando a importância do debate para o município de Canguçu, considerado a capital nacional da agricultura familiar camponesa. Ressaltou a diversidade existente no município, composta por assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, aldeia indígena e agricultores familiares, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do campo. Mencionou iniciativas já existentes no município, como o Programa Camponês, programas de economia solidária e de plantas medicinais e alimentícias, além de políticas executadas por cooperativas e organizações sociais por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na oportunidade, chamou atenção para a necessidade de efetivação das políticas públicas e da publicação da chamada pública do PNAE, ressaltando a importância de garantir apoio às pequenas famílias camponesas e às organizações sociais, defendendo a construção de novas políticas públicas voltadas à produção de alimentos saudáveis e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Na sequência, foi concedida a palavra a Vladimir Menezes, representante da Associação da Reforma Agrária Popular da regional de Canguçu, que saudou as autoridades e o público presente, destacando as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais, inclusive em razão de eventos climáticos recentes. Parabenizou a iniciativa da realização da audiência pública e a apresentação do projeto de lei, ressaltando a importância da criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Destacou que a reforma agrária deve ser compreendida de forma ampla, envolvendo condições para permanência das famílias no campo, produção e geração de renda. Mencionou a relevância da agricultura para a economia local e manifestou preocupação quanto à necessidade de efetiva implementação das leis aprovadas, citando exemplos de programas que, segundo relatou, não tiveram plena execução. Ressaltou que políticas públicas voltadas à agricultura são fundamentais para o desenvolvimento do município, considerando que grande parte da economia local depende da atividade agrícola.

Prosseguindo a audiência, foi concedida a palavra ao presidente da Cooperativa União, Cléo Aquino Ferreira, que saudou as autoridades e agricultores presentes, destacando a importância do debate e da construção de políticas públicas voltadas à agricultura

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

familiar. Ressaltou que o município de Canguçu possui legitimidade e responsabilidade para discutir e implementar iniciativas dessa natureza, considerando o grande número de famílias que vivem no meio rural. Apontou a preocupação com o êxodo rural e com a redução da população nas comunidades do interior, mencionando o fechamento de escolas e a diminuição do número de crianças nas localidades rurais. Destacou que a permanência das famílias no campo depende de condições econômicas e de políticas públicas que garantam renda e oportunidades aos agricultores. Também mencionou as dificuldades enfrentadas pelos produtores na comercialização de seus produtos junto ao mercado convencional, ressaltando a importância das compras institucionais e das políticas públicas de aquisição de alimentos para o fortalecimento da produção local. Informou ainda que a Cooperativa União possui atualmente cerca de 289 cooperados e previsão de significativa movimentação financeira por meio de programas de compras públicas, ressaltando que tais iniciativas ainda são insuficientes diante da demanda existente. Ao final, colocou a cooperativa à disposição para contribuir na construção e aperfeiçoamento da proposta em debate.

Na sequência, foi concedida a palavra à representante da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Andréia Amaral, que saudou os presentes e agradeceu a oportunidade de participação na mesa. Em sua manifestação, destacou a importância da iniciativa para as famílias assentadas, especialmente para as mulheres que atuam na produção de alimentos nos assentamentos. Ressaltou que muitas agricultoras produzem em hortas e pequenas propriedades, porém encontram dificuldades na comercialização dos produtos. Salientou que a aprovação da lei poderá contribuir para a valorização do trabalho desenvolvido pelas famílias agricultoras, fortalecendo as associações e cooperativas, além de ampliar a oferta de alimentos à população.

Em seguida, fez uso da palavra Vanessa Rodrigues de Freitas, representante da comunidade remanescente quilombola, localizada no quinto distrito do município. Inicialmente agradeceu o convite e destacou o apoio recebido por parte do vereador proponente e do prefeito municipal. Em sua fala, ressaltou que muitas vezes as comunidades quilombolas permanecem pouco visíveis no contexto municipal, embora desempenhem papel importante na preservação cultural e na produção agrícola. Enfatizou que a proposta de lei representa oportunidade de valorização do trabalho das famílias do campo e de melhoria na qualidade de vida das comunidades rurais.

Posteriormente, foi concedida a palavra a Tatiana Dias Schug, liderança das comunidades quilombolas e representante da Associação de Trabalhadores e usuários da ASSUTRASUS/RS. Em sua manifestação, cumprimentou as autoridades presentes e destacou a importância da iniciativa para as comunidades quilombolas, ressaltando que

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

a aprovação da proposta poderá contribuir para fortalecer a permanência das famílias no campo.

Encerradas as manifestações das lideranças, foi concedida a palavra ao Prefeito Municipal de Canguçu, Arion Braga. Em sua fala, cumprimentou os presentes e parabenizou o vereador proponente pela iniciativa e pela apresentação do projeto de lei, destacando a importância da proposta para o fortalecimento da agricultura familiar no município. Manifestou apoio à iniciativa e declarou confiança na aprovação do projeto pela Câmara de Vereadores. Durante sua manifestação, realizou um breve balanço das ações desenvolvidas pela administração municipal no período de aproximadamente um ano e três meses de gestão, destacando investimentos voltados à agricultura familiar, entre eles o Programa Camponês, que prevê investimentos aproximados de dois milhões de reais para o fortalecimento do setor. Também destacou avanços nas políticas de aquisição de alimentos para a merenda escolar, a ampliação da utilização de produtos da agricultura familiar na composição de cestas básicas e na cozinha comunitária municipal, bem como a construção de uma agroindústria no quinto distrito, com investimento aproximado de quinhentos mil reais de recursos municipais. Ressaltou ainda a importância da parceria entre o poder público, movimentos sociais e organizações da agricultura familiar.

Na sequência, foi realizada a participação remota da Secretária de Agricultura e Pesca do município de São José do Norte, Caroline Pinheiro, que relatou a experiência daquele município com a implantação do ticket da agricultura familiar. Informou que o programa foi criado a partir de iniciativa da administração municipal e aprovado por lei no ano de 2022, passando a conceder aos servidores públicos um valor mensal destinado à compra de produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal local. Explicou que o objetivo da política é incentivar a produção, fortalecer a economia local e promover a segurança alimentar. Destacou que atualmente cerca de sessenta produtores participam do programa e que o valor do benefício corresponde a quarenta reais mensais, sendo operacionalizado por meio de cartão magnético e aplicativo utilizado pelos produtores para registro das vendas. Relatou ainda que o programa gerou aumento na comercialização de produtos locais e fortalecimento das cooperativas e feiras do município.

Após a exposição, foi aberta a palavra para manifestações do público presente. Fez uso da palavra Fernanda Zanchetti, servidora da EMATER no município de Canguçu, que destacou a importância da iniciativa para a agricultura familiar, ressaltando que mesmo valores aparentemente modestos podem representar grande incentivo para agricultores e agricultoras, especialmente para as mulheres que atuam na produção e comercialização em feiras.

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Na sequência, foi concedida a palavra ao vereador Jardel, que justificou sua chegada posterior em razão de participação em audiência pública no município de Piratini. Em sua manifestação, destacou as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e agricultoras do município e ressaltou a importância do apoio do poder público ao setor agrícola. Informou ainda que, na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, dará o encaminhamento necessário ao projeto de lei em tramitação.

Por fim, foram realizados os encaminhamentos finais, informando-se que o projeto de lei seguirá tramitando nas comissões permanentes da Câmara Municipal, permanecendo aberto a sugestões e contribuições das entidades, movimentos sociais, cooperativas, vereadores e demais interessados. Também foi sugerida a realização de visitas técnicas aos municípios que já possuem experiência com programas semelhantes, a fim de aperfeiçoar a proposta em discussão.

Nada mais havendo a tratar, foram realizados agradecimentos às autoridades presentes, lideranças, servidores da Câmara Municipal e ao público que acompanhou a audiência de forma presencial e online e às dezenove horas e vinte e oito minutos, foi declarada encerrada a presente Audiência Pública.

ADILSON OLIVEIRA SCHUCH
Vereador Requerente da Audiência Pública

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E086-565F-DA4C-0771

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADILSON OLIVEIRA SCHUCH (CPF 777.XXX.XXX-49) em 05/03/2026 15:34:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/E086-565F-DA4C-0771>